

**POR QUE APRENDEMOS INGLÊS NA EDUCAÇÃO BÁSICA? UM OLHAR A PARTIR DO HISTÓRICO DO IDIOMA NO BRASIL E HABILIDADES PREVISTAS NA BNCC**

**WHY DO WE LEARN ENGLISH IN BASIC EDUCATION? A LOOK AT THE HISTORY OF THE LANGUAGE IN BRAZIL AND THE SKILLS SET OUT IN THE BNCC**

Manuela de Jesus Moraes

**RESUMO**

O presente artigo almeja compreender porquê aprendemos inglês na Educação Básica, para tanto, é realizado um resgate histórico do ensino da Língua Inglesa no Brasil, conceituação do inglês como Língua Franca, após, através da BNCC, é elencado que as habilidades de oralidade, leitura, escrita, gramática e interculturalidade devem ser desenvolvidas com os alunos no ensino do idioma inglês da Educação Básica, a fim de torná-los cidadãos críticos e engajados socialmente. O método utilizado é a revisão bibliográfica a fim de identificar e analisar criticamente os dados e autores trazidos no decorrer deste trabalho. Considera-se, ao final do trabalho, que o ensino consciente e crítico do idioma pode levar os estudantes a romperem a hegemonia de uma classe dominante através do domínio do idioma, assegurando a eles a possibilidade de ascensão social e profissional.

**Palavras-chave:** Inglês. Ensino. Contemporaneidade. Base Nacional Comum Curricular. Inglês como Língua Franca.

**ABSTRACT**

This article aims to understand why we learn English in Basic Education in Brazil. To this end, a historical review of English Language teaching in Brazil is carried out, and the concept of English as a Lingua Franca is explained, after, according to the BNCC, the oral, reading, writing, grammar, and interculturality skills must be developed with students when teaching the English language in Basic Education, as a result, making them critical and socially engaged citizens. The bibliographic review is used to identify and critically analyze the data and authors brought forward in this paper. The findings are that conscious and critical teaching of English can lead students to break the hegemony of a dominant class through mastery of the language, ensuring the possibility of social and professional advancement.

**Keywords:** English. Teaching. Contemporary. Common National Curriculum Base. English as a Lingua Franca.

## 1 INTRODUÇÃO

Mediante o imperativo de globalização e modos de pensar a Educação e Sociedade, a Língua Inglesa se tornou peça chave para engajamento em um mundo altamente conectado à *internet*, no qual interações entre sujeitos de diferentes nacionalidades estão mais frequentes — tanto pela conexão, quanto pela mobilidade — dessa forma, demandando a participação dos cidadãos em prol dos interesses da nação e transnacionais. Minha trajetória acadêmica e profissional perpassa esses recortes: além de ser professora de Língua Inglesa há 14 anos, minha primeira graduação foi em Comércio Internacional. Enquanto docente e discente, eu pude experimentar a demanda mercadológica do domínio do idioma costurada em um discurso de possibilidade de ascensão social e profissional. Todavia, durante muitos anos estudar inglês pertencia a uma única casta: àquela que tinha poder econômico. Pessoalmente, eu pude aprender inglês por intermédio de uma bolsa de estudos, uma vez que minha mãe era a faxineira da instituição de ensino. Ademais, o discurso da ascensão social e profissional também está presente em documentos como a Base Nacional Comum Curricular, conforme Brasil (2018, p. 241):

Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica.

Assim sendo, faz-se necessário desenvolver determinadas habilidades, no que tange a Língua Inglesa, a fim de que o sujeito seja capaz de exercer a cidadania ativa, ampliar a interação e mobilidade e para que haja novos percursos de construção de conhecimentos. O presente artigo<sup>1</sup> parte de uma problematização da autora em entender quais habilidades em Língua Inglesa precisam ser desenvolvidas para assegurar que o aluno seja capaz de ser engajado e participativo na sociedade contemporânea. Para tanto, este artigo tem como objetivo geral compreender porquê aprendemos inglês na Educação Básica; já os objetivos específicos são: fazer uma breve recapitulação histórica do ensino da Língua Inglesa no Brasil a fim de compreender por qual razão e desde quando o idioma passou a ser uma necessidade ao ponto de ser implementada no currículo escolar brasileiro; tencionar a hegemonia da

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação e Cultura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Língua Inglesa; elucidar a abordagem do ensino de Língua Inglesa a partir da perspectiva *English as a Lingua Franca* (ELF)<sup>2</sup> e suas habilidades, conforme prevê a BNCC;

Para essa produção o método escolhido é a revisão bibliográfica, tal empreendimento me permitiu entender que caminhos são possíveis a partir dos autores referência na área. Logo se constitui um procedimento essencial que envolve a identificação, análise crítica e síntese de obras acadêmicas, voltadas para a exploração de um domínio específico do saber, pois segundo Brito *et al.* (2021, p.8):

A importância da pesquisa bibliográfica está relacionada ao fato de se buscar novas descobertas a partir de conhecimentos já elaborados e produzidos. Isso se dá ao passo que a pesquisa bibliográfica se coloca como impulsionadora do aprendizado, do amadurecimento, levando em conta em suas dimensões os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento.

Portanto, o trabalho se organiza em introdução, após apresenta-se um breve histórico da língua inglesa no Brasil. Em seguida elucida-se as diferenças entre inglês como segunda língua e inglês como língua franca e, finalmente, é apresentado as habilidades a serem desenvolvidas em língua inglesa conforme a Base Nacional Comum Curricular.

## **2 HISTÓRICO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL**

O surgimento da profissão de "professor de inglês" no Brasil é especulado como resultado da vinda da Família Real Portuguesa para o País. De acordo com Chaves (2004), a Inglaterra teve seus acessos aos portos bloqueados, e Portugal estava ameaçado pelas tropas napoleônicas. Nesse contexto, a Família Real Portuguesa buscou refúgio no Brasil com o apoio dos ingleses, visto que Dom João VI já havia acordado com a Inglaterra a abertura de comércio em território brasileiro. A criação de oportunidades comerciais resultou em uma demanda por comunicação entre os ingleses e os brasileiros, levando ao surgimento da necessidade de ensino da língua inglesa. Pennycook (2007) afirma que o idioma alcançou seu status dominante devido à influência histórica do colonialismo e do imperialismo. Durante a expansão das potências europeias, particularmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o inglês se tornou a língua do comércio, administração e educação em muitos territórios. Esse legado histórico, combinado com o poder econômico e político dos países de língua inglesa, solidificou o status do inglês como a Língua Franca de fato em um mundo globalizado.

A Língua Inglesa passou a fazer parte da educação formal a partir da Resolução 29 da Consulta da Mesa do Desembargo do Paço em 14 de julho de 1809, conforme Brasil (1809, p.29):

---

<sup>2</sup> Inglês como Língua Franca.

E sendo outrossim tão geral, e notoriamente conhecida a necessidade, e utilidade das linguas franceza e ingleza, como aquellas que entre as linguas vivas teem o mais distinto logar, e de muito grande utilidade ao Estado, para augmento, e prosperidade da instrucção publica, que se crêe nesta capital uma cadeira de lingua franceza, e outra de ingleza (...) E pelo que toca á materia do ensino, dictarão as suas lições pela Grammatica que for mais bem conceituada, emquanto não formalisarem alguma de sua composição; habilitando os discipulos na pronunciação das expressões, e das vozes das repectivas linguas, adestrando-os em bem fallar e escrever.

Nesse sentido, observa-se que a imposição do ensino das línguas inglesa e francesa estava intimamente ligada aos interesses do Estado em virtude do comércio internacional. Adicionalmente, ressalta-se que o método de ensino utilizado tinha seu foco na gramática dos idiomas, observando sua forma melhor conceituada, ou seja, utilizando a forma que era tida como única correta. Durante o período imperial, como observado por Leffa (1999), o ensino de idiomas no Brasil enfrentou a problemática de falta de técnicas de ensino adequadas, pois tanto as línguas vivas quanto as consideradas línguas mortas eram ensinadas da mesma forma: por meio de tradução e estudo gramatical.

Conforme Machado, Campos e Saunders (2007), a primeira grande mudança em termos de método de ensino ocorreu em 1931, com a introdução do "método direto". Ainda de acordo com os autores, esse método consistia no ensino da língua-alvo por meio dela mesma, contudo, a abordagem foi “reduzida novamente ao ‘leia e traduza’, dado que muita coisa se perdeu no caminho entre o Ministério da Educação e as salas de aula”. (Machado, Campos e Saunders, 2007, n.p). No entanto, foi somente em 1942 que o "método direto" ganhou reconhecimento em documentos legais, por meio da Reforma Capanema, durante o governo Vargas. Essa reforma teve o objetivo de atender às demandas da sociedade e alinhar a Educação com a divisão socioeconômica do Brasil. Embora a Reforma Capanema tenha sido associada a uma ideologia fascista e um plano educacional classista, ela foi a que mais direcionou o ensino de línguas, fornecendo instruções claras sobre os métodos de ensino.

Após a Reforma Capanema, o ensino de línguas estrangeiras chegou a ter cerca de 15 horas semanais. No entanto, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961, essa carga horária foi reduzida para dois terços do total, como mencionado por Leffa (1999). A LDB de 1971 incentivou a Educação Profissional, o que resultou em uma nova redução na carga horária do ensino de línguas estrangeiras. No ensino fundamental, não era mais obrigatório o ensino de qualquer idioma estrangeiro, enquanto no ensino médio (composto por três anos), muitas vezes o ensino de uma língua adicional era oferecido apenas em um dos anos. Posteriormente, a LDB de 1996 introduziu novas nomenclaturas para as etapas escolares, como ensino fundamental e ensino médio. A partir do quinto ano do ensino fundamental, um idioma estrangeiro passou a ser oferecido de acordo

com a demanda e a possibilidade da escola, de acordo com Brasil (1996, Art. 26. §5º) “na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição”.

Quanto ao ensino médio, essa oferta se manteve, com a possibilidade de ser adicionado um segundo idioma estrangeiro, de forma opcional. Desde então não houveram reformas expressivas, observando-se, dessa forma, que conforme Lei nº13.415, fica estipulado o ensino de Língua Inglesa a partir do 6º ano até o ensino médio, sendo possível a oferta de idiomas adicionais por parte das instituições de ensino, porém, preferencialmente o espanhol (BRASIL, 2017).

No entanto, é importante questionar por que, entre tantos idiomas, o inglês ainda é privilegiado na atualidade. Uma das possíveis respostas pode ser encontrada na influência da corrente de pensamento chamada de “neoliberalismo”. O neoliberalismo surgiu como uma forma de pensar mais dominante no final do século XX, influenciando políticas e moldando sociedades ao redor do mundo. A racionalidade neoliberal “propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido através da libertação das liberdades e competências empresariais individuais num quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio livre” (HARVEY, 2005, p.2).

Conforme argumentado por Harvey (2005), o neoliberalismo representa uma forma mais avançada de capitalismo, também conhecido como capitalismo global, assim, suas características essenciais incluem um Estado enfraquecido, defesa do livre mercado e promoção do individualismo. No entanto, é importante ressaltar que as práticas neoliberais transcendem o mero sistema econômico, afetando nossas relações sociais, cultura e até mesmo nossa percepção de tempo e espaço.

Um dos impactos sociais mais significativos do neoliberalismo foi a erosão dos sistemas de bem-estar social. Destaca-se o mandato de Ronald Reagan<sup>3</sup> e Margaret Thatcher<sup>4</sup> como implementadores da agenda liberal no cenário pós Segunda Guerra Mundial, sendo a redução do gasto público e da presença do Estado, conforme Menchise *et al.* (2023). À medida que os governos reduzem os gastos com serviços públicos, como educação e saúde, às populações mais vulneráveis são frequentemente as mais afetadas, coloca Chossudovsky (2003, p.1):

---

<sup>3</sup> Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos da América de 1981 a 1989.

<sup>4</sup> Margaret Thatcher foi a primeira ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

A Nova Ordem Mundial prospera com base na pobreza e na destruição ambiental. Gera o apartheid social, incentiva o racismo e os conflitos étnicos, mina os direitos das mulheres e muitas vezes lança os países em confrontos destrutivos entre nacionalidades.

Em específico sobre a sociedade brasileira, de acordo com Salerno e Rissi (2019) percebe-se a consolidação da corrente neoliberalista durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>5</sup> em virtude do ideário de transferir para a iniciativa privada aquilo que outrora era de responsabilidade do Estado: houve privatizações de estatais e redução dos investimentos em políticas sociais.

Isso resulta em um aumento da desigualdade social e disparidades de riqueza, uma vez que aqueles que não têm acesso a uma educação ou cuidados de saúde de qualidade se veem presos em um ciclo de mobilidade social limitada, uma ascensão social inexistente. Além disso, vivemos em uma sociedade, a qual foi moldada pelos ideais do neoliberalismo, que valoriza a eficiência e produtividade, como consequência, os indivíduos estão constantemente sob pressão para acompanhar as demandas de uma sociedade que serve à elite, assim sendo, por que dominar o idioma inglês faz necessário dentro dessa configuração social?

### **Por Que Aprender Inglês? - O Neoliberalismo e a Consolidação da Língua Inglesa**

Em uma rápida busca na *internet* com o termo “por que aprender inglês?”, é possível achar inúmeras respostas em diferentes *sites* que se pautam na mesma narrativa: ampliação das oportunidades no mercado de trabalho e a possibilidade de ganhar mais dinheiro, assim como consumir mais cultura. Contudo, de acordo com Kachru (1986), existe o Poder Linguístico que trata-se da mudança de comportamento linguístico que pode se apresentar de duas formas: adicionando um código ao repertório de uma comunidade ou pela supressão de uma variedade linguística e elevação de outra. Para o autor estratégias de poder como persuasão, regulação, indução e força foram utilizadas para a difusão e elevação da Língua Inglesa, pois “as estratégias para a ‘imposição’ e ‘elevação’ de uma língua não precisam ser diretas; muitas vezes são psicologicamente muito sutis”. (KACHRU, 1986. p.123)

Assim, a teorização da governamentalidade<sup>6</sup> de Foucault (2008), me possibilita um olhar mais aguçado e crítico sobre as questões sociais e econômicas que levam as sociedades a fazerem escolhas e acolherem determinadas verdades. A governamentalidade me permitiu refletir sobre as estratégias e técnicas exercidas por várias instituições e autoridades para

---

<sup>5</sup> Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, foi presidente do Brasil de 1995 a 2003.

<sup>6</sup> Governamentalidade em Foucault é ferramenta teórica e analítica, todavia, levando em consideração as limitações deste artigo, não será desenvolvido todo ferramental da governamentalidade. Contudo, a partir dela será possível operar o pensamento hiper crítico na análise do modo de pensar neoliberal.

governar e moldar indivíduos e sociedades. Abrange não apenas instituições políticas formais, mas também sistemas educacionais, organizações de saúde e outros mecanismos disciplinares. O foco central da governamentalidade é o exercício do poder por meio da regulação dos comportamentos, pensamentos e ações dos indivíduos — incluindo a linguagem. Afinal, de acordo com Foucault (2008, p.164):

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre as pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.

Nesse sentido, o sujeito que é engendrado dentro de uma determinada racionalidade passa a aceitar e rejeitar alguns discursos, assim, compreender a governamentalidade auxilia durante a análise de modos de pensar e formas de governar. Consequentemente, qual o papel do ensino e aprendizagem da Língua Inglesa em uma racionalidade neoliberal? Ou como o currículo pode estrategicamente se tornar uma ferramenta poderosa para o alargamento de determinadas concepções e discursos.

O surgimento do inglês como o idioma mais ensinado reflete a maneira pela qual governos e instituições neoliberais, como corporações e organizações internacionais e multilaterais<sup>7</sup> moldam o comportamento e os processos de aprendizagem das pessoas. Os governos promovem o ensino da língua inglesa por meio de políticas, currículos e sistemas de testes padronizados, influenciando, assim, o comportamento dos cidadãos de acordo com as normas e aspirações sociais vigentes, conforme aponta Veiga-Neto (2012, p.7) sobre o currículo:

Ele funciona como um eficiente e sutil promotor de determinadas disposições ou esquemas mentais e corporais que se manifestam nos modos pelos quais entendemos o mundo, nos relacionamos com os outros e, talvez principalmente, compreendemos a nós mesmos.

Para tanto, as racionalidades neoliberais priorizam o crescimento econômico e a competitividade, posicionando o inglês como uma ferramenta crucial para aqueles que buscam mobilidade econômica e sucesso. As empresas, especialmente aquelas que operam em mercados globais, exigem funcionários com proficiência em língua inglesa a fim de se comunicarem efetivamente com parceiros e clientes internacionais. Assim, os indivíduos são incentivados a aprender inglês a fim de melhorar suas chances de emprego e ascensão social dentro do modo de pensar neoliberal.

---

<sup>7</sup> O Multilateralismo nas organizações pode ser entendido com características próprias como “a interação, a institucionalização de espaços deliberativos, a redução dos custos de transação, a transparência, a pluralidade de opiniões e identidades e a legitimidade para sedimentar normas e valores essenciais para a sociedade internacional” (LIMA, ALBUQUERQUE, 2021, p,8)

Tempo e espaço são dimensões afetadas e totalmente subjetivadas em práticas sociais regidas pela governamentalidade neoliberal, influenciando a construção de medidas disciplinares e, assim, moldando o processo de aprendizagem e o currículo. Foucault (2008) argumenta que os órgãos governamentais dependem de mecanismos disciplinares para normalizar os indivíduos, tornando-os conformes às normas e práticas sociais. O espaço e o tempo desempenham um papel crucial nesse processo, estabelecendo e regulando os limites dentro dos quais os indivíduos devem operar. Nesse sentido, esse trabalho entende que a racionalidade neoliberal imperou formas de exercer práticas no próprio ensino da Língua Inglesa.

Foucault (2008) argumenta que o tempo não é simplesmente um conceito natural e objetivo, mas uma construção social que é usada como ferramenta de governança. A percepção do tempo está intimamente ligada à produtividade e à eficiência nas sociedades neoliberais. Essa percepção do tempo como escasso e valioso leva a uma abordagem arregimentada e estruturada dos processos de aprendizagem.

O impacto da governamentalidade tendo o neoliberalismo como racionalidade atual na aprendizagem da língua inglesa também é significativo. Foucault (2008) coloca que o poder opera por meio da organização e do controle dos espaços físicos. Sob o neoliberalismo, o espaço é cada vez mais privatizado e mercantilizado, não sendo a Educação exceção. As corporações privadas geralmente desempenham um papel significativo na formação de ambientes de aprendizagem, currículo e programas de aquisição de idiomas, afirma Peim (2012). Nesse sentido, Lima (2022, p.20) coloca que:

O currículo representa relações de poder. Isso ocorre porque uma proposta curricular representa a política econômica, cultural e social do país que é definida pelos órgãos governamentais que recebe a influência ideológico dos dirigentes. Ele pode contribuir para uma escola que desenvolva uma formação para quebrar uma hegemonia dos ideais de uma classe dominante, que objetiva preparar os filhos das famílias pobres para trabalhos sem privilégios sociais. É papel da escola pública proporcionar oportunidades de igualdade para que todos os seus alunos, independentemente de qual classe social a que pertençam, possam por meio dos conhecimentos se tornarem pessoas capazes de se incluírem no mercado de trabalho em profissões com privilégios econômicos e sociais.

Portanto, o ensino de língua inglesa surge amparada pelo modo de pensar neoliberal uma vez que em virtude da necessidade da comunicação global em detrimento da economia — a demanda passa a ser por inteligibilidade e não por acurácia. Ao mesmo tempo, o domínio do idioma propicia com que pessoas não-nativas do idioma possam ter acesso ao conhecimento que por vezes está preso em uma lógica de domínio hegemônico — estando disponível apenas em inglês — nesse sentido, o domínio da língua inglesa por parte de



pessoas que estão em uma camada social menos privilegiada, de certa forma, é uma maneira de combater o mesmo sistema que os oprime e marginaliza em termos de acesso ao conhecimento e possibilidade ascensão social.

Assim sendo, isso nos permite problematizar como tais elementos influenciam as políticas curriculares nacionais pois “o currículo abarca todo um sistema de comportamento e valores e não apenas de conteúdos e conhecimentos a serem assimilados” (LIMA , 2022, p.10). Então, a partir de qual perspectiva a Língua Inglesa é ensinada na Educação Básica brasileira? Dentro do campo teórico de ensino e aprendizagem do idioma inglês há duas abordagens: English as a Second Language (ESL) e English as a Lingua Franca (ELF) — na próxima seção as correntes citadas serão melhor descritas.

### **3 AS DIFERENTES ABORDAGENS EM ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA**

Se é necessário aprender inglês, a partir de quais correntes aprendemos o idioma? Nesta seção serão discutidas as abordagens Inglês como Segunda Língua (ESL) e Inglês como Língua Franca (ELF). Em um conceito cunhado pelo linguista Kachru (1985), a expansão do ensino de língua inglesa dá-se pela Teoria dos Círculos. O “círculo interno” trata-se dos países nos quais o idioma inglês é o oficial (Reino Unido e Estados Unidos, por exemplo), o “círculo externo” diz-se sobre os países que têm o inglês como segunda língua oficial por razões culturais e históricas (Filipinas e Índia) e, finalmente, o “círculo de expansão” o qual refere-se aos países que reconhecem o idioma como uma língua internacional e não sofreram colonização por países do círculo interno da língua inglesa.

Em um cenário pós Segunda Guerra Mundial e embates gerados a partir da Guerra Fria, o inglês passou a ser uma ferramenta para que os Estados Unidos pudesse atingir seus objetivos políticos e econômicos, tornando o idioma um símbolo imperialista na linguística, conforme Fishman *et al.* (1977). Nesse sentido, podemos falar em uma massificação cultural e de idiomas, por vezes massacrando culturas locais e identidades locais.

No que tange o ensino da língua inglesa, existem duas correntes: English as a Second Language (ESL) e English as a Lingua Franca (ELF). Tais questões trazem à tona o ensino da língua inglesa nas escolas brasileiras no tempo contemporâneo conforme questiona Lima (2022, p.3): “mas afinal, o que é relevante para aprender na escola? Essa indagação desafia a sociedade para uma necessidade de constituição de uma política educacional representada pelos órgãos públicos para o desenvolvimento do país”.

Para tanto, cabe conceituar o que é o ESL e o ELF. De acordo com Hyte (2008) ensino de inglês no formato ESL é marcado por uma sala de aula multicultural e multilíngue, pois essa abordagem ocorre através da imersão no idioma e essa experiência acontece em um país cujo idioma oficial é inglês. O que justifica tal estratégia é o entendimento de que os alunos devem receber “entradas de conhecimento” (*input*) por meio de interação significativa e oportunidades de utilizar a língua alvo no mundo real, ou seja, interações autênticas, conforme Swain (2000).

O ELF ganhou certa relevância em educação de idiomas devido a globalização e interconectividade das sociedades. ELF refere-se ao uso do inglês como língua comum para comunicação entre falantes de diferentes línguas maternas, de acordo com Jenkins (2007). Caracteriza-se por sua ênfase na comunicação e não em estar gramaticalmente correto, ou seja, o importante é fazer-se entender, dessa forma, reconhecendo a diversidade de pronúncia, vocabulário e sintaxe entre seus falantes. Adicionalmente, Siqueira (2011, p.339-340) pontua que:

O avanço por outras terras da própria Grã-Bretanha, ou seja, País de Gales, Escócia e Irlanda; a segunda, para as colônias na América do Norte (Estados Unidos) e na Oceania (Austrália e Nova Zelândia). A terceira diáspora foi a que transplantou o inglês para novos contextos linguísticos, culturais e sociais, fortemente amparada na fúria colonizadora do império britânico, como o leste, sudoeste e sul a Ásia, e a África oriental e ocidental e do sul do Caribe. Finalmente, a quarta diáspora, a dos dias atuais, quando o inglês, em muitas instâncias, se tornou a língua franca mundial e vem sendo tratado a partir de diversas perspectivas, suscitando inúmeros debates e elaborações, em especial no nível conceitual, em que, recorrentemente, se vê uma proliferação de terminologias e noções para se conceber e estudar o fenômeno relacionado aos usos mundiais da língua inglesa.

O processo de aquisição do idioma em ELF difere das abordagens tradicionais, pois, conforme Jenkins (2007), o ELF reconhece que os alunos podem não interagir regularmente com falantes nativos, nesse sentido, em vez de priorizar a competência nativa, o ELF se concentra no desenvolvimento da habilidade comunicativa intercultural, que envolve a compreensão e acolhimento das diferenças culturais e a adaptação das estratégias de comunicação. A aquisição da linguagem nesse contexto ocorre por meio da exposição a diversos sotaques, estilos e culturas do inglês (um inglês “nosso” e não “deles”) permitindo que os alunos se tornem proficientes na compreensão e produção do inglês que atenda às suas demandas de comunicação. Após compreender as principais diferenças entre ESL e ELF questiona-se: se o idioma inglês é uma disciplina obrigatória no currículo da Educação Básica, a partir de qual perspectiva ela é ensinada?

#### **4 INGLÊS E SUAS HABILIDADES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

A fim de compreender o que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como ela se relaciona com o ensino da Língua Inglesa, nesta seção será conceituada a BNCC e será examinado o documento normativo que prevê as aprendizagens necessárias que um aluno deve ter ao longo da Educação Básica no que tange o idioma. Nesse sentido, de acordo com o documento “a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p.7), bem como texto salienta que “a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (BRASIL, 2018, p.5). Assim sendo, cabe questionar quais são as necessidades contemporâneas quando tratamos da Língua Inglesa.

Conforme o documento, a Língua Inglesa mune os alunos com habilidades que promovem o engajamento e atuação do aluno frente à sociedade cada vez mais globalizada, pois, segundo Brasil (2018, p.241):

O estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos.

Adicionalmente, Silva (2017) coloca que o currículo não se trata apenas de uma gama de conhecimentos que serão ensinados aos alunos durante as aulas, pelo contrário, o currículo precisa estar em constante movimentação e trazer algumas reflexões como: quem ensinamos, o que almejamos ensinar, como ensinar e como avaliar. Todavia, a Base também salienta que o caráter formativo da aprendizagem de língua inglesa deve estar alinhada com dimensões de educação linguística, consciente e crítica, e essas estão diretamente ligadas a aspectos políticos e pedagógicos.

De acordo com Robinson (2008) e Harris (2012), o imperativo da globalização, na verdade, é fruto do capital transnacional e esse almeja a exploração do trabalho em qualquer parte do mundo desde que haja condição adequada para o maior lucro possível. É necessário compreender os interesses que perpassam o fato do inglês ser o idioma obrigatório no currículo escolar brasileiro haja visto que o Brasil está situado na América do Sul, fazendo divisa com 10 dos 12 países que compõem o subcontinente, sendo que 7 desses falam espanhol.

Com a Base Nacional Comum Curricular alinhada à globalização, o documento defende que o inglês é uma Língua Franca reconhecendo a função social e política do idioma, conforme colocado por Brasil (2018, p.241):

O conceito não é novo e tem sido contextualizado por teóricos do campo em estudos recentes que analisam os usos da língua inglesa no mundo contemporâneo. Nessa proposta, a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos.

Nesse sentido, comunicar-se não é uma habilidade que pertence a um único território. Nesse caso, defende-se o ensino da língua inglesa como ato educador em prol da interculturalidade, para o reconhecimento e respeito às diferenças. Fantini (2001) ressalta a relevância da habilidade intercultural, tanto em sala de aula ou na “vida real”, uma vez que tal habilidade permite com que os alunos percebam e experimentem outros idiomas e culturas.

Em virtude do idioma inglês é percebido como um bem de caráter simbólico para falantes ao redor do mundo, pois os sujeitos que através do idioma são capazes de interpretar, reinventar e criar novas maneiras comunicar-se, partilhando suas ideias, sentimentos e valores. Desse modo, também é previsto o ampliação do entendimento do multiletramento, Rojo (2012, p. 12 e 13) coloca:

Diferentemente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não, nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica.

No que tange o ensino da língua, a Base nos desafia a questionar o que é o “inglês perfeito”, bem como se existe um nível adequado de proficiência esperado do aluno. Isso porque faz-se necessário relativizar o modelo ideal de um falante de inglês, afinal, quando trata-se da abordagem do inglês como Língua Franca, já não prezamos por acurácia, mas sim por inteligibilidade. Segundo Brasil (2018, p. 242):

Situar a língua inglesa em seu status de língua franca implica compreender que determinadas crenças – como a de que há um “inglês melhor” para se ensinar, ou um “nível de proficiência” específico a ser alcançado pelo aluno – precisam ser relativizadas. Isso exige do professor uma atitude de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão na língua, como o uso de ain’t para fazer a negação, e não apenas formas “padrão” como isn’t ou aren’t. Em outras palavras, não queremos tratar esses usos como uma exceção, uma curiosidade local da língua, que foge ao “padrão” a ser seguido. Muito pelo contrário – é tratar usos locais do inglês

e recursos linguísticos a eles relacionados na perspectiva de construção de um repertório linguístico, que deve ser analisado e disponibilizado ao aluno para dele fazer uso observando sempre a condição de inteligibilidade na interação linguística.

O documento versa sobre os eixos organizadores, ou seja, habilidades que deverão ser desenvolvidas com discentes. Nesse sentido temos: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural.

No que tange a oralidade, esse cobre não apenas a fala, mas também a escuta, afinal, a Base almeja que o aluno seja capaz de ter uma compreensão do contexto (tanto de forma geral quanto detalhada), resolver conflitos e fazer negociações através da Língua Inglesa. A oralidade é muito mais ampla do que o simples comunicar, conforme Brasil (2018, p. 243):

Além disso, a oralidade também proporciona o desenvolvimento de uma série de comportamentos e atitudes – como arriscar-se e se fazer compreender, dar voz e vez ao outro, entender e acolher a perspectiva do outro, superar mal-entendidos e lidar com a insegurança, por exemplo.

Thompson (1996) coloca que a oralidade tem como foco a comunicação entre os sujeitos, portanto, no contexto de sala de aula, os alunos devem desenvolver atividades embasadas em solução de problemas e em pares (*role play*<sup>8</sup>) a fim de que a língua estrangeira seja a ferramenta utilizada para o desenrolar de ideias e troca entre os discentes. De acordo com Schneider (2010, p.2):

O objetivo central dessa abordagem é viabilizar o desenvolvimento das quatro habilidades (ouvir, ler, falar e escrever), e levar o aluno a interagir e adquirir a competência comunicativa na língua-alvo. Esta envolve diferentes aspectos do conhecimento (socio)linguístico como: saber adequar o uso da língua à audiência (aos interlocutores) e às diferentes situações e intenções comunicativas compreender e produzir diferentes tipos de textos (por exemplo, narrativas, reportagens, entrevistas, conversação, e-mails, etc.); e, a despeito das limitações no conhecimento linguístico, saber manter a comunicação através de estratégias de comunicação.

Segundo Brasil (2018), a BNCC prima pelo desenvolvimento de habilidades que ajudem o desenvolvimento do sujeito na contemporaneidade, o documento salienta a importância do uso de instrumentos autênticos para o ensino de inglês, tais como cinema, *internet* e televisão, pois a comunicação perpassa por aspectos visuais, sonoros, de linguagem corporal e táteis. Ademais, o documento salienta que é a partir da comunicação é possível estabelecer modos diferentes de manipular o idioma (variações linguísticas) os quais refletem a(s) identidade(s) destes sujeitos falantes de inglês. Assim sendo, fazer uso de abordagens

---

<sup>8</sup> *Role play* é uma estratégia de aprendizagem utilizada no ensino de línguas estrangeiras a qual utiliza-se da dramatização de situações colocando os alunos como atores a fim de que eles possam vivenciar diversas situações na língua-alvo.

comunicativas para desenvolver a oralidade dos alunos no ensino do idioma inglês na Educação Básica fomenta não apenas a habilidade de falar inglês, mas sim abrange a capacidade de reconhecer a si mesmo e ao outro neste universo multicultural, compreender uma gama de variações nas quais o inglês se apresenta, bem como permite aos alunos consumir conteúdos acessíveis apenas na língua-alvo.

Acerca da leitura e escrita espera-se que alunos possam tornar-se “cidadãos do mundo”, podendo realizar leituras e produções textuais em inglês de forma crítica, conseqüentemente, promovendo a entrada nesse aluno em outros contextos nos quais o inglês é hegemônico e colocando o aluno como protagonista dessa interação. Conforme o documento, Brasil (2018, p.244):

As práticas de leitura em inglês promovem, por exemplo, o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento textual (o uso de pistas verbais e não verbais para formulação de hipóteses e inferências) e de investigação sobre as formas pelas quais os contextos de produção favorecem processos de significação e reflexão crítica/problematização dos temas tratados.

Quando se trata da habilidade de ler, isso trata-se de algo procedural, ou seja, há modos de ler. Algumas formas de pensar essa habilidade é a partir do *skimming* e *scanning*. Segundo Oliveira e Dering (2018), a estratégia *skimming* é utilizada para ter uma ideia geral do que o texto trata, por outro lado, *scanning* visa buscar informações-chave dentro do texto, assim sendo, tais métodos propiciam que os alunos consigam reconhecer dados relevantes dentro do texto, não necessariamente demandando um nível de proficiência elevado em língua inglesa a fim de que o aluno compreenda o que está sendo lido.

Assim como se lê, se escreve. Para tanto, a BNCC prevê que no eixo escrita os alunos sejam capazes de planejar, produzir e revisar suas produções textuais, articulando os textos de forma objetiva a fim de comunicar adequadamente o que se deseja e adequação da redação com o objetivo de atender diversos gêneros e leitores, afinal, escrever trata-se de uma prática social, permitindo aos alunos serem protagonistas de sua aprendizagem.

Apesar de nomeado como “Conhecimentos Linguísticos” dentro da Base, tal habilidade reflete os conhecimentos gramaticais que o aluno deve ter em língua inglesa. De acordo com a BNCC (2018, p.245), esse eixo trata sobre “o estudo do léxico e da gramática, envolvendo formas e tempos verbais, estruturas frasais e conectores discursivos (...) tem como foco levar os alunos, de modo indutivo, descobrir o funcionamento sistêmico do inglês”. Adicionalmente, ao propor Inglês como Língua Franca, há a necessidade de pensar nos aspectos linguísticos e interculturais, pois já não tomamos como partida o inglês norte-americano ou o britânico. Portanto, é relevante pensar com os alunos o conceito de

“certo”, “errado”, “variação” e “inteligível”, assim, passamos a pensar sobre a perspectiva de quem algo é considerado adequado, bem como quem fica silenciado quando preconizamos por um único sotaque ou construção linguística. Nesse sentido, Brasil (2018, p.245) propõe:

Para além da definição do que é certo e do que é errado, essas descobertas devem propiciar reflexões sobre noções como “adequação”, “padrão”, “variação linguística” e “inteligibilidade”, levando o estudante a pensar sobre os usos da língua inglesa, questionando, por exemplo: “Essa forma de usar o inglês estaria ‘adequada’ na perspectiva de quem? Quem define o que é o ‘correto’ na língua? Quem estaria incluído nesses usos da linguagem? Quem estaria silenciado?”

Finalmente, o documento versa sobre a habilidade intercultural, pois compreende-se que o aluno está inserido em uma sociedade que está em processo constante de interação, construção e reconstrução. Ao tratar da Dimensão Intercultural, Brasil (2018, p.245) diz que:

Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais. Este é o cenário do inglês como língua franca, e, nele, aprender inglês implica problematizar os diferentes papéis da própria língua inglesa no mundo, seus valores, seu alcance e seus efeitos nas relações entre diferentes pessoas e povos, tanto na sociedade contemporânea quanto em uma perspectiva histórica.

Conforme Luck (2009), a economia contemporânea está embasada no conhecimento, na tecnologia da informação e comunicação. Nesse sentido, para a autora, as relações têm uma dinâmica social intensa que sofrem influência da globalização, bem como essa condição social oferta oportunidades culturais, desafios e exigências. Então, “nesse contexto, a educação se torna imprescindível como ação contínua e permanente, demandando das instituições que a promovem, a necessidade de reinventar-se e melhorar suas competências continuamente” (LUCK, 2009, p. 16).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o percurso de compreender porquê aprendemos inglês na Educação Básica, ao fazer uma breve recapitulação histórica do ensino da idioma, é possível perceber que seu domínio surgiu a partir da necessidade das relações de comércio internacional. Atualmente, após a última versão da Base Nacional Comum Curricular a perspectiva de ensino, mesmo atendendo ainda às necessidades do mercado, muda: agora também é relevante que o discente tenha a capacidade de se engajar consciente e criticamente na sociedade.

Havendo o inglês se tornado uma Língua Franca, isso reflete as relações de poder, nesse caso, Poder Linguístico, o que é uma possível resposta acerca da hegemonia da língua. O exercício desse poder não ocorre, necessariamente, no formato de imposição, pelo contrário, dá-se por meio de estratégias sutis. Enquanto documento norteador do que deve ser

ensinado nas escolas, a BNCC pode ser tida como um instrumento da governamentalidade, pois é uma forma de governar e moldar indivíduos, inclusive, no eixo linguagem, afinal, os governos fomentam o ensino de inglês por meio de suas políticas educacionais e currículo. Nesse contexto e dentro de uma racionalidade neoliberal, o inglês é visto como uma habilidade a ser conquistada por quem almeja competir no mercado de trabalho e ascender socialmente.

A possibilidade de pensar em aprender a língua inglesa a partir de um *status* de Língua Franca permite criar uma lógica de um inglês “nosso” e não mais “deles” (Estados Unidos e Reino Unido). Assim, a BNCC adota essa perspectiva e compreende que há cinco habilidades a serem desenvolvidas com os alunos: oralidade, leitura, escrita, gramática e interculturalidade. Portanto, apesar dos interesses mercadológicos, das racionalidades neoliberais e relações de poder que o currículo representa, uma abordagem pedagógica consciente e crítica para o ensino de língua inglesa pode fomentar a quebra da hegemonia de uma classe dominante, possibilitando que alunos, principalmente oriundos do ensino público, possam ascender profissionalmente e socialmente através do domínio do idioma.



## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, MEC/SEF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BRASIL. Resolução nº 29, de 14 de julho de 1809. **Consulta da Mesa do Desembargo do Paço**. Rio de Janeiro
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 05 jan. 2024.
- BRITO, Ana Paula Gonçalves *et al.* A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, 2021.
- CHAVES, Carla. O ensino de inglês como língua estrangeira na educação infantil: para inglês ver ou para valer?. 2004.26 p. Monografia (curso em Especialização em Educação Infantil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.
- CHOSSUDOVSKEY, M. (1997). The Globalization of Poverty and the New World Order. Global Research.
- FANTINI, A. E. Exploring intercultural competence: a construct proposal. NCOLCTL 4th Annual Conference, Vermont, USA, 2001.
- FISHMAN, Cooper, Conrad (Eds.), 1977. The Spread of English: the Sociology of English as an Additional Language. Newbury House Publishers, Rowley, MA.
- FOUCAULT, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARRIS, Jerry. Outward bound: transnational capitalism in china. **Race & Class**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 13-32, 20 jun. 2012. SAGE Publications.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0306396812444818>.
- HARVEY, D. A brief history of neoliberalism. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HYTE, Heidi. **What's the Difference: ESL, EFL, ESOL, ELL, and ESP?** 2008. Disponível em: <http://www.esltrail.com/2008/02/whats-difference-esl-eft-esol-ell-and.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- KACHRU, Braj B. Standards, codification, and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. In: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. G. (Org.). English in the world. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- KACHRU, Braj B. The power and politics of English. **World Englishes**, Great Britain, v. 5, n. 2/3, p. 121-140, 1986.
- JENKINS, J. (2007) English as Lingua Franca: Attitude and Identity. Oxford University Press, Oxford.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Contexturas*, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LIMA, Maria Regina Soares de . ALBUQUERQUE, Maraianna. Instituições multilaterais e governança global: cenários de reorganização das estruturas de governança global e perspectivas do multilateralismo nas próximas décadas – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

LIMA, José Rosamilton. Reflexões sobre a língua inglesa no currículo escolar contemporâneo. *BABEL*, Alagoinhas – BA, 2022, v. 12.

LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACHADO, Rachel; CAMPOS, Ticiania; SAUNDERS, Maria do Carmo. História do ensino de línguas no Brasil: avanços e retrocessos. *Revista HELB*, Ano, v. 1, p. 1.52-59, 2007.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>.

OLIVEIRA, Débora Lopes de; DERING, Renato Oliveira. BNCC E LÍNGUA INGLESA: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DA LEITURA. **Hon no Mushi**: Estudos Multidisciplinares Japoneses, v. 3, n. 4, 2018.

PEIM, Nick. Education, Schooling, Derrida's Marx and Democracy: some fundamental questions. **Studies In Philosophy And Education**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 171-187, 15 maio 2012. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11217-012-9300-0>.

PENNYCOOK, A. (2007). *Global Englishes and Transcultural Flows*. Routledge.

ROBINSON, William I. *Latin America and Global Capitalism: A Critical Globalization Perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

ROJO, R.; Moura, E. (Orgs.). *Multiletramentos na Escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SALERNO, Soraia Kfourir; RISSI, Lorena Mariane. Política Educacional e a estrutura do pensamento econômico – de FHC a Lula. **Interfaces**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 228-240, jan. 2020. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/2179-0027.20190076>.

SCHNEIDER, Maria Nilse. Abordagens de ensino e aprendizagem de línguas: comunicativa e intercultural. **Revista Contingentia**, v. 5, n. 1, p. 68-75, maio 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/13321/7613>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, Audrey Debei da; SOARES, Aparecida Morgado; PINTO, Rosângela de Oliveira. *Teorias e práticas do currículo*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2017.

SIQUEIRA, D. S. P. World Englishes, world English, inglês como língua internacional, inglês como língua franca. In: LAGARES, X. C.; BAGNO M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 333-354.

SWAIN, M. (2000). The output hypothesis and beyond: Mediating acquisition through collaborative dialogue. In J. P. Lantolf (Ed.), *Sociocultural theory and second language learning* (pp. 97–114). Oxford, England: Oxford University Press

THOMPSON, Geoff. (1996). Some misconceptions about communicative language teaching. *ELT Journal*, volume 50/1, pp. 9-15. Oxford: Oxford University Press.

VEIGA-NETO, Alfredo. Delírios avaliatórios: o currículo desvia para a direita ou um farol para o currículo. Texto apresentado no X Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo. Belo Horizonte: UFMG, 2012.